

PINGA-FOGO

■ ESTADO DO RIO AFIRMA QUE JÁ ATINGIU OS MÍNIMOS CONSTITUCIONAIS DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE - Em relação à nota publicada na coluna sobre o risco da atual gestão não cumprir os mínimos constitucionais, o Governo do Estado do Rio enviou a seguinte nota, que é publicada na íntegra: “O Governo do Rio de Janeiro cumprirá o índice constitucional nas áreas de Saúde e Educação, diferentemente do que afirmou o Correio da Manhã na edição de 14 de outubro. Vamos aos dados oficiais: Em relação à Saúde, o Estado já atingiu um nível de aplicação com um percentual superior ao mínimo exigido pela Constituição.

■ Até outubro, o Estado empenhou 14,79% da receita realizada de impostos e transferências a ações e serviços públicos de saúde, acima do piso constitucional de 12%. De acordo com os cálculos de hoje, o orçamento disponibilizado está contemplando o valor necessário para o cumprimento anual conforme a última previsão de receita.

■ Na Educação, o valor empenhado frente à receita realizada já corresponde a 24,98% dos 25% do índice constitucional, ressaltando que ainda restam três meses de execução orçamentária para o término do ano.

■ É importante frisar que o cálculo dos índices é acumulado ao longo do ano e só é concluído no encerramento do exercício, após a liquidação das despesas do último trimestre e os ajustes necessários à prestação de contas.

■ O acompanhamento desses indicadores é realizado de forma contínua, considerando tanto a evolução da receita que compõe a base de cálculo quanto a execução das despesas consideradas para fins de apuração dos respectivos índices constitucionais.”

■ Como a nota do Governo afirma, a totalização dos números só ocorrerá em dezembro, quando for computada a alta da receita, em decorrência do aumento abrupto dos recebimentos, oriundos dos royalties do petróleo.

■ EM DESESPERO, PSD QUER TRANSFORMAR EDUARDO PAES NO CANDIDATO DO STF AO GOVERNO DO RIO - O candidato derrotado do PSD ao Governo do Estado do Rio, Eduardo Paes, depois de ter reconhecido a derrota em primeiro turno para Douglas Ruas, do PL, que já iniciou até o processo de transição, corre o risco de trazer para as suas costas todo o desgaste e antagonis-



claudio.magnavita@gmail.com

MAGNAVITA



@colunamagnavita

Correio premia cinema nacional

Os filmes “Maria de Maria” e “Uma Missa Para Dom Angélico” foram os grandes vencedores do Prêmio Olhar Brasil 2026, iniciativa do Correio da Manhã em parceria com o Festival do Rio para valorizar o cinema nacional e dar visibilidade a produções que retratam a diversidade cultural e social do país. A premiação reafirma o compromisso do jornal com a cultura brasileira e com o reconhecimento de obras e profissionais que contribuem para a força do audiovisual nacional. “Elza” e “O Filho da Puta” receberam menções honrosas.



Emilia Silveira, diretora do documentário Missa para 'Dom Angélico'



Luiza Shelling Tubaldini, diretora de Maria de Maria, com o editor do #CM2, Affonso Nunes (e), e do crítico Rodrigo Fonseca (d)



Érica Maradona, codiretora da animação O Filho da Puta, e a produtora Dani Menegotto, com o troféu Redentor do Festival (categoria Prêmio Especial do Júri) e a menção honrosa do Prêmio Olhar Brasil

mo da população contra o Supremo Tribunal Federal (STF).

■ Em todo o Brasil, a eleição majoritária para o Senado refletiu a rejeição dos eleitores contra a atuação política do STF no processo eleitoral. A decisão do PSD de recorrer ao Supremo para provocar um segundo turno no Rio é surpreendente e desafia a lógica eleitoral, que sempre foi uma marca da carreira política de Paes. Está sendo lido como um ato de desespero, por razões objetivas.

■ O resultado eleitoral deixou claro que Douglas Ruas avançou em áreas que estavam mapeadas como as Paes. A vitória trouxe para Douglas uma debandada geral de prefeitos e líderes partidários. Até Netinho Reis, prefeito de Duque de Caxias, sobrinho da candidata a vice-governadora de Paes, estava no ato de Douglas e Flávio Bolsonaro na Ilha da Gigóia no sábado, 10.

■ Se o STF decidir pela realização do segundo turno, os dois candidatos terão perdido uma semana de tempo de televisão e Douglas será vitimizado, já que será a terceira vez que, por manobra do PSD, ele fica impedido de assumir o governo.

■ Alguns movimentos sincronizados merecem, porém, a atenção. Eduardo Paes finalmente acordou como cabo eleitoral de Lula. Enxergou que a reeleição do presidente virou uma questão de vida ou morte para o seu grupo. Ele começou a semana sem espaço político na esquerda, exatamente pelo seu pouco engajamento na agenda presidencial.

■ Neste cenário, corre o risco de ter o PT como adversário em

2028, colocando em dúvida a possível reeleição de Eduardo Cavaliere.

■ Quem entrou no STF foi o PSD nacional. Veja alguns detalhes do pedido: “O PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO - PSD NACIONAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 13.629.827/0001-00, com sede nacional no SAS Quadra 01, Lote 01, sala 1101, Ed. Libertas, CEP 70070-010, Brasília/DF, por seu advogado devidamente constituído a teor da procuração em anexo (doc.1), vem, vem, com fundamento no art. 102, § 1.º, e no art. 103, VIII, da Constituição Federal, e na Lei n.º 9.882/1999... pede ao STF que ao TSE e ao TRE/RJ que restabeleçam a convocação do segundo turno para eleição ao cargo de Governador e que subsidiariamente, caso não seja possível a realização em 25 de outubro de 2026, a realização do segundo turno em data a ser fixada pelo TSE, antes da (c) a solicitação de informações ao TSE e ao TRE/RJ e a oitiva do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República, no prazo comum de cinco dias (art. 5.º, § 2.º, da Lei n.º 9.882/1999), facultada ao relator a conversão do exame da liminar em julgamento definitivo de mérito.

■ O PSD aposta no mesmo limbo jurídico que criou ao sair parcialmente vitorioso no STF, impedindo o restabelecimento do processo sucessório no Rio, em um julgamento que não terminou, deixando à frente do Rio um governador interino mandatado por uma liminar; até hoje não juntada, e uma votação paralisada no 4x1 favorável ao restabelecimento da sucessão constitucional.

■ O agravante é que foi o mesmo PSD que provocou a justiça para anulação dos votos de Anthony Garotinho, só que o feitiço virou contra o feiticeiro. A anulação acabou favorecendo a vitória de Douglas Ruas no primeiro turno.

■ Sem aliados, derrotado em regiões que esperava ganhar, sem conseguir eleger nenhum dos seus candidatos ao Senado, especialmente Pedro Paulo, e tendo cruzado os braços na reeleição de Lula, Eduardo Paes tenta uma solução kamikaze, capaz de reduzir o seu tamanho político e ficar fragilizado na sucessão municipal. Nesta sua última jogada, aposta todas as suas fichas no número 13 da roleta eleitoral. Sua derradeira chance de sobreviver, mesmo consciente da derrota eleitoral para o governo, na sua tardia adesão ao lulismo.

■ PF ALIMENTA O SADISMO SOCIAL COM O ENXAME DE VAZAMENTOS DE VIDA PRIVADA APÓS BUSCAS E APREENSÃO - A Polícia Federal poderá fazer uma grande vítima neste processo do Banco Master: o valioso instrumento de busca de apreensão. É só lembrar que o fim da condução coercitiva de réus ou investigados para fins de interrogatório foi determinado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 14 de junho de 2018, por uma votação de 6 votos a 5. A corte julgou as Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) 395 e 444, declarando que o artigo 260 do Código de Processo Penal (CPP) não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, no que diz respeito ao interrogatório do investigado.

■ O que motivou o fim da condução coercitiva foram os mes-

mos abusos que estão ocorrendo agora, com o vazamento de conversas privadas e íntimas, que nada contribuem para investigações criminais. A vida íntima, ou conversas típicas de um bar, são vazadas sem o menor pudor, causando traumas familiares, acabando com casamentos e criando uma condenação em círculos íntimos, que não ocorreu nem no período ditatorial.

■ Esta semana, uma conversa de um dirigente de um grupo editorial com um banqueiro foi vazada. Nela, não há nenhuma atitude criminoso relacionada às investigações. Os comentários machistas feitos por dois jovens executivos são até deploráveis pelo construído misógino e sensual, coisa típica entre latinos em conversas sobre mulheres bonitas ou time de futebol. Mas por que expor? Boa parte do diálogo é de um executivo tratando de viabilizar negócios com um cliente, que, na data, não tinha nada que o desabonasse, e era um dos maiores anunciantes do Brasil.

■ Quem vazou, cometeu um crime. Violou a privacidade da conversa entre dois parceiros comerciais e até amigos. Isso tem ocorrido com políticos e homens públicos que estão sendo expostos por sadismo de investigadores, transcendidos em paladinos da verdade.

■ O que a PF está fazendo é permitir que haja uma reação social e jurídica, que terminará por afetar um preciso instrumento de investigação. Cadê a OAB Nacional que se mantém omissa à preservação destes direitos individuais de privacidade, que no mundo civilizado deveria ser sagrado?